



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.393/2024

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024

Contrato nº \_\_\_\_/2024

**MINUTA**

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRA) PARA LÍNGUA PORTUGUESA E VICE-VERSA, E DOS SERVIÇOS DE AUDIODESCRIÇÃO PARA VÍDEOS E IMAGENS INSTITUCIONAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO E A EMPRESA**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, neste ato representado pelo Secretário Administrativo GERSON MARTINS DE OLIVEIRA, portador do RG nº 611.634 SSP/MS e do nº 600.496.421-20, conforme subdelegação de competência constante da Portaria TRT/DG nº 202/2023, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 1.393/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão nº \_\_\_\_/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO (1.1, 1.2 e 1.4)**

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços continuados de interpretação e tradução de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para Língua Portuguesa e vice-versa, e dos serviços de audiodescrição para vídeos e imagens institucionais, conforme as especificações e condições neste instrumento, no Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos do inc. I, do art. 28, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.2. Os serviços serão prestados sem o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme as especificações e condições deste contrato, no Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e das legislações complementares, observadas as disposições a seguir estabelecidas.
- 1.3. Na realização dos serviços, deverá haver observância estrita aos prazos estipulados para execução, conforme dispostos neste contrato e no Termo de Referência.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 1.393/2024**

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

- 1.5. Vinculam-se e fazem parte desta contratação, independentemente de transcrição, os seguintes documentos a ela relacionados:
- 1.5.1. Termo de referência;
  - 1.5.2. Edital de licitação;
  - 1.5.3. Proposta da contratada;
  - 1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.6. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e aplicável, bem como nas cláusulas deste contrato e dos documentos acima referidos.

**CLÁUSULA 2ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA CONTRATAÇÃO (1.3; 6.2 – 6.6)**

- 2.1. Este contrato observará o regime de execução indireta mediante empreitada por preço unitário e sua vigência será de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, a critério do CONTRATANTE e observado o interesse público, nos termos do artigo 107 da lei nº 14.133/2021.
- 2.2. Considera-se data da assinatura do contrato aquela constante do instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.
- 2.3. Durante a vigência da contratação será permitida a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração da razão social, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:
- 2.3.1. no caso de alteração que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, cópia autenticada do referido instrumento no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
  - 2.3.2. no caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
- 2.4. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 1.393/2024**

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

- 2.5. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

**CLÁUSULA 3ª – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. São partes integrantes deste contrato e constam do respectivo Termo de Referência (TR), em anexo, as condições específicas desta contratação referentes a:

- 3.1.1. Critérios de sustentabilidade (item 5 do TR);
- 3.1.2. Especificações e detalhamento do objeto (item 7 do TR);
- 3.1.3. Qualificação profissional (item 8 do TR);
- 3.1.4. Ordens de serviço (item 9 do TR);
- 3.1.5. Condições de recebimento (item 10 do TR);
- 3.1.6. Deveres do CONTRATANTE (item 11 do TR);
- 3.1.7. Deveres da CONTRATADA (item 12 do TR);
- 3.1.8. Vedações à CONTRATADA (item 13 do TR);
- 3.1.9. Preposto (item 14 do TR);
- 3.1.10. Pagamento (item 17 do TR);
- 3.1.11. Atualização financeira (item 18 do TR);
- 3.1.12. Reajuste dos preços (item 19 do TR);
- 3.1.13. Reequilíbrio econômico-financeiro (item 20 do TR);
- 3.1.14. Penalidades (item 22 do TR);
- 3.1.15. Defesas e recursos (item 23 do TR);
- 3.1.16. Aumentos e reduções (item 24 do TR).

**CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (15.1)**

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

**PTRES:** \_\_\_\_

Elemento de Despesa: 3.3.90.39

Nota de empenho: **2024NE** \_\_\_\_



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 1.393/2024

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024

Contrato nº \_\_\_\_/2024

MINUTA

CLÁUSULA 5ª – DO VALOR (Anexo I)

5.1. O valor total estimado do Grupo 1 é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) e do Grupo 2 é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), totalizando o valor global estimado do contrato de **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)**, conforme discriminação constante do quadro abaixo:

Grupo 1					
ITEM	QTD ESTIMADA (30 MESES)	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	1.723	Hora/Dupla de intérpretes	Prestação de serviços de interpretação/tradução da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, nas formas simultânea ou consecutiva, em eventos realizados pelo Tribunal Regional Trabalho da 24ª Região, ao vivo, nas modalidades presencial e/ou remota.	R\$ XXX	R\$ XXX
2	450	Minuto	Interpretação em Libras em vídeos pré ou pós-gravados	R\$ XXX	R\$ XXX
PREÇO TOTAL ESTIMADO – GRUPO 1				R\$ XXX	

Grupo 2					
ITEM	QTD ESTIMADA (30 MESES)	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 1.393/2024

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024

Contrato nº \_\_\_\_/2024

**MINUTA**

3	450	Minuto	Audiodescrição em vídeos pré ou pós-gravados (audiovisual)	R\$ XXX	R\$ XXX
4	750	Imagem	Audiodescrição de imagens estáticas	R\$ XXX	R\$ XXX
PREÇO TOTAL ESTIMADO – GRUPO 2				R\$ XXX	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO (30 MESES)				R\$ XXX	



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 1.393/2024**

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

**CLÁUSULA 6ª – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO (21.1 a 21.7)**

- 6.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 o CONTRATANTE designará, por meio de Portaria, servidor(es) para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização.
- 6.2. Tanto o(a) Gestor(a) quanto o(a) Fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao(à) fiscal o acompanhamento do cumprimento das obrigações pela CONTRATADA e ao(à) Gestor(a) a liquidação das notas fiscais/faturas.
- 6.3. A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades no cumprimento das obrigações assumidas, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.
- 6.4. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, por intermédio do Fiscal do contrato.
- 6.5. O Fiscal do contrato pode sustar qualquer entrega de material e/ou execução do trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, devendo comunicar o fato de imediato ao Gestor.
- 6.6. À Fiscalização caberá, ainda, verificar periodicamente o cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e medicina do trabalho.
- 6.7. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade decorrente de má execução da contratação, inclusive por defeito ou inadequação do produto fornecido.

**CLÁUSULA 7ª – DA CONTAGEM DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 7.1. A contagem do prazo de vigência do contrato dar-se-á na forma do inciso II do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021, ou seja, os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.
- 7.2. Considera-se prorrogado o prazo de vigência até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

**CLÁUSULA 8ª – DA CONTAGEM DOS DEMAIS PRAZOS DO CONTRATO**

- 8.1. Excetuando-se a contagem do prazo de vigência de que trata a cláusula anterior e daqueles com data expressamente indicada, para os demais prazos estabelecidos nesta contratação a contagem excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 1.393/2024**

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

- 8.2. Só se iniciam e vencem os prazos processuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.
- 8.3. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 8.4. Os prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente no CONTRATANTE.
- 8.5. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data e, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.
- 8.6. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

**CLÁUSULA 9ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.

**CLÁUSULA 10 – DA PUBLICAÇÃO**

- 10.1. Para fins de publicidade e eficácia desta contratação, o CONTRATANTE providenciará a divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**CLÁUSULA 11 – DO FORO**

- 11.1. Fica eleito o foro de Campo Grande - MS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

**CLÁUSULA 12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (25.1 a 25.3)**

- 12.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 12.2. A participação nesta Contratação Pública implica o conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 12.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento e no Termo de Referência.
- 12.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 1.393/2024**

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

**Campo Grande - MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.**

(documento assinado digitalmente)  
GERSON MARTINS DE OLIVEIRA  
**CONTRATANTE**

(documento assinado digitalmente)  
**XXXXX**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS**

(documento assinado digitalmente)  
**XXX**  
Chefe da Seção de Sustentabilidade,  
Acessibilidade e Inovação

(documento assinado digitalmente)  
**XXXX**  
Analista Judiciário

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II - QUADROS ESTIMATIVOS DO QUANTITATIVO DE SERVIÇOS MENSAIS E EM HORAS**

**ANEXO III**

**(Modelo de declaração relativa à Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho)**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital nº \_\_\_\_\_, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 1.393/2024**

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024**

**Contrato nº \_\_\_\_/2024**

**MINUTA**

da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

\_\_\_\_ (Cidade – UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal da empresa)